

A Contemporaneidade da Questão Regional.*

Jurandir Antonio Xavier **

I — Introdução

Ruim com o Estado, mas, na desintegração de suas funções econômico–desenvolvimentistas, adicionalmente, amplificando tal desintegração sob a condução neoliberal do Estado, no Brasil, sobretudo, no Nordeste, pior ainda sem ele? Na desmontagem do Estado–desenvolvimentista sob reconstituição do Estado–financista, amplificando tal evolução, a iniciativa privada viria a assumir funções econômico–desenvolvimentistas, numa dimensão que, substituindo os agentes estatais, também viesse a promover a superação da crise, tanto quanto a alavancagem do desenvolvimento na economia nacional? Ademais, tal desenvolvimento viria a fazer reduzir ou amplificar as desigualdades regionais, econômicas e sociais na economia nacional? Amplificando, a governabilidade político–administrativa da Região nordestina viria a ser sustentada, sobretudo, naquelas unidades federativas mais débeis economicamente, a exemplo, na própria Paraíba?

Lembremo–nos que subdesenvolvimento, involução ou regressão econômica significa carência de reinvestimentos de

*) Trabalho apresentado no 1º Seminário Nordeste na Conjuntura Nacional, promovido pelo Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, realizado em Campina Grande - Paraíba, nos dias 6 e 7 de maio de 1991.

**) Professor do Departamento de Economia e Finanças e do Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande.

riquezas nas atividades produtivas numa tal dimensão que o capital produtivo não se expande (quantitativamente), nem se renova (qualitativamente), sequer se conserva, senão, sucateia. Descapitalização operacional sob a qual, caindo o ritmo de expansão de produção, circulação e vendas de mercadorias, portanto, de volume de negócios, também vêm a cair, tanto o de emprego, portanto, de salários da força de trabalho, quanto o de produtividade da ocupação, portanto, de competitividade do produto e de rentabilidade das riquezas imobilizadas produtivamente.

Ora, sob o atual curso capital-concorrencial na economia nacional, concentração, monopolização e centralização privado-financeira sob descapitalização de riquezas imobilizadas produtivamente, sobretudo, as estatais, tal evolução, subdesenvolvimento, persiste em se apresentar na economia regional, sobretudo, na nordestina. Ademais, ainda recentemente, se os Estados nordestinos contaram com as atividades econômicas dos agentes estatais em expansão, federais, estaduais e municipais, agora, sob a bancarrota financeira do Estado, tais agentes se encontram disponíveis, prisioneiros de suas dívidas. De tal maneira que, enquanto os agentes privado-capitalistas jamais alocaram riquezas significativas no desenvolvimento regional, ao contrário, contribuíram decisivamente com a descapitalização das atividades produtivo-regionais, a mobilização estatal de riquezas acabou vindo a ser neutralizada. E o que é pior, sob tal evolução, a Região deixa de possuir agentes econômicos que, nas atividades produtivas, venham a alocar riquezas que se contraponham, numa dimensão economicamente significativa, àquela dramática evolução. Assim, mais que desenvolvimento econômico, barbárie social cotidianizada é o que se vem apresentando na reprodução da população trabalhadora nordestina. Que venha sendo assim, aqui, eis o porquê da contemporaneidade da questão regional, tão desprezada no atual debate econômico-desenvolvimentista do país, criminosamente pressuposto primeiro-mundista.

II — Estado *versus* Estado

Por conseguinte, é decisivo que, de fato, as relações Estado (política, agentes e funções estatal-econômicos) *versus* economia (agentes privado-capitalistas) venham a ser redefinidas. No entanto, deve-se ter em conta que tal redefinição implica outra,

ainda mais decisiva que a anterior: a redefinição das próprias relações Estado *versus* Estado, União *versus* Estados *versus* Municípios, seus agentes econômico–sociais. Redefinição, Estado *versus* economia, numa tal maneira que o Estado, cuidando de si, não venha a implicar, a exemplo do que vem ocorrendo sob a atual política econômico–monetária, União cuidar de si, de suas dívidas, amplificando ainda mais a capitalização privado–financeira, tanto quanto o endividamento, a descapitalização e o sucateamento de rendas, patrimônios e funções dos demais agentes estatais, sejam federais, sejam estaduais ou ainda municipais.

Convém observar que os credores da União são os próprios agentes privado–financeiros, nacionais e internacionais, enquanto, dos agentes estatais, é a própria União, pois, senhora absoluta da moeda nacional. Que a União não venha logrando se desvencilhar de seus encargos junto aos agentes privado–financeiros, absurdamente indexados, ademais, que ela venha tentando gerar superávits orçamentários, destinados a liquidar tais encargos, eis a via pela qual, amplificando a capitalização privado–financeira sob descapitalização produtiva, sobretudo, estatal, a atual política econômica, sob responsabilidade absoluta da União, vem escravizando ainda mais o Estado à economia, à capitalização privado–especulativa. Política econômica que, não redefinindo, mas, conformando relações Estado *versus* economia já caducas, promove, não a expansão ou reconstituição do capital produtivo, mas, especulação financeira, inflação e recessão. Por isso mesmo, caso Estados e Municípios, sobretudo nordestinos, não venham a se reagrupar numa Frente pró–renegociação de seus endividamentos junto à União, torna–se difícil imaginar a governabilidade regional.

III — Presunção neoliberal

Na bancarrota financeira do Estado desenvolvimentista, os neoliberais reivindicam ter desempenhado, na industrialização nacional, funções econômico–produtivas que eles, com certeza, por via de suas riquezas, seus agentes e suas iniciativas privado–capitalistas, no Brasil, jamais vieram a desempenhar. Nem num passado remoto, época de expansão da industrialização nacional, nem num passado recente, época de crise, desindustrialização e regressão econômico–social. E, se os anos oitenta não reabilitaram propriamente a iniciativa capitalista de suas características

parasitárias, o presente ilustra tais características ainda mais terminantemente.

No Brasil, tomada por flor a desabrochar no turbilhão concorrencial de mercados monopolizados, a iniciativa privada, sua riqueza, foi reconstituída ampliadamente sob uma específica relação de centralização–desapropriação (monetário–creditícia, comercial e financeira) de patrimônios, riquezas e rendas de um Estado–produtor, numa dimensão jamais vista no mundo capitalista. Na crise dele, que foi também de produção, industrialização e economia, tal iniciativa não veio a lançar suas riquezas acumuladas na reciclagem de funções econômico–produtivas que, precedentemente, estiveram sob responsabilidade do Estado. Ao contrário, movimentando suas riquezas preferencialmente nos mercados financeiros, ampliando–as nominal, monetária ou financeiramente, tal iniciativa contribuiu a amplificar a crise da economia, a descapitalização da produção e o sucateamento dos capitais imobilizados, tanto quanto a amplificar, de um lado déficit, endividamento e bancarrota econômico–desenvolvimentista do Estado, de outro, desemprego, superexploração e penúria da força de trabalho.

Sem dúvida que os neoliberais chamaram a redefinir as relações Estado *versus* economia, numa tal maneira que, de um lado, o Estado viesse a cuidar de si próprio, da reconstituição dos serviços públicos essenciais, de outro, a economia, seus agentes privado–capitalistas, viessem a cuidar da reprodução de suas próprias riquezas. No entanto, lembremo–nos que, no passado pós–64, os neoliberais não se dirigiram à iniciativa privada, contribuindo a tornar mais produtiva, competitiva e rentável a própria economia. Ao contrário, encastelaram–se no Estado, contribuindo a amplificar a estatização de funções produtivas no ciclo industrial ao seu auge histórico, tanto quanto a privado–desapropriação de rendas estatais.

IV — Canto de Sereia

Como no passado, também agora os neoliberais não são encontrados no rincão privado, fonte de seus cânticos, usando suas próprias riquezas na modernização da matriz produtiva nacional. Ao contrário, encastelados novamente no Estado, escravizam–no ainda mais à economia, via escravização da política econômica à

formação de superávits que, destinados a liquidar dívidas estatizadas, amplifica a capitalização financeira sob a descapitalização produtiva. Curso no qual a política monetário-creditícia, premiando as riquezas financeiras, tanto quanto penalizando as mantidas produtivamente, amplifica ainda mais, de um lado, endividamento, descapitalização e sucateamento de riquezas imobilizadas, sobretudo, as estatais, de outro, desemprego, superexploração e desalento numa população já exaurida.

Convém observar que lugar de neoliberal consequente não é na administração da coisa pública, senão, privada, sobretudo nas economias subdesenvolvidas em que, de um lado, nada economicamente significativo veio a se desenvolver sem ação dos agentes estatais, de outro, a iniciativa privada, sua riqueza, não tem contribuído significativamente no desenvolvimento econômico destas regiões. Que os neoliberais se encastem no Estado, no entanto, entoando louvores à iniciativa privada. Que se proponham a redesenhar as relações Estado versus economia, no entanto, escravizando o Estado ainda mais à economia, à centralização privado-financeira da riqueza social. Que se proponham a modernizar a coisa pública, no entanto, fomentando a modernização da coisa privada, tanto quanto agonização da coisa pública, sobretudo, dos serviços públicos essenciais. Ou, ainda, que os neoliberais se proponham a administrar o Estado, no entanto, amplificando sua privado-desapropriação, é um crasso anacronismo econômico-político que, não vindo a ser superado, tão pouco vêm a ser a crise, estagnação e desintegração político-administrativa desta nação.

Por isso, enquanto os neoliberais não deixarem de administrar a privado-desapropriação da coisa pública, nem as relações Estado versus economia vêm a ser redesenhadas, nem a evolução da crise, estagnação e inflação vem a ser superada. Redefinição numa tal maneira que, repassando a reprodução direta das riquezas privado-financeiras à própria iniciativa privada, o Estado venha cuidar de si, da recuperação, reconstituição ou reciclagem de suas próprias funções econômico-desenvolvimentistas: investimentos diretos, financiamentos e encomendas voltados a modernizar, preponderantemente, não os conglomerados privados, mas, os serviços públicos essenciais.

V — Razão estatal

Não por tal via: fomento da capitalização dos conglomerados privado-financeiros que, ademais, já estão supercapitalizados. Mas, por essa: renegociando a dívida pública, reorientando a política econômica à modernização dos próprios serviços públicos essenciais, já sucateados, o Estado, de fato, viria a inaugurar novas relações Estado *versus* economia no país. Relações sob as quais, nas atuais condições historicamente determinadas do próprio país que, subdesenvolvido, não dispendo de outros agentes desenvolvimentistas, economicamente significativos, senão os próprios agentes estatais, viriam a ser reabertas novas possibilidades em que o próprio Estado voltasse a alavancar, tanto a superação da crise, estagnação e regressão atuais, quanto o desenvolvimento econômico. Que o atual Governo Central não venha logrando impor tal redefinição, inversamente, tenha vindo a escravizar ainda mais o Estado à economia, à modernização dos conglomerados privado-parasitários, enquanto agonizam os estatal-desenvolvimentistas no sucateamento, eis o núcleo de seus dilemas atuais, tanto quanto do agravamento da crise nas economias nacional, regional ou estadual.

Tal redesenho das relações Estado *versus* economia, agentes econômicos estatal-produtivos (deficitários) *versus* privado-financeiros (superavitários), pressupõe outro reordenamento, na verdade, o das relações entre os próprios agentes estatais, sobretudo, entre os federais, de um lado, estaduais e municipais, de outro. Senhora absoluta da política econômica, de um lado, da política monetária, centralizando, no Banco Central, moeda, crédito e financiamento, via, tanto emissão quanto bancos comerciais, de outro, da política fiscal-tributária, centralizando, preponderantemente, na União, tanto a arrecadação, sua redistribuição, quanto os gastos públicos, a Federação, no trato de suas finanças, dispõem monopolicamente de graus de liberdades que não dispõem nem Estados nem Municípios. Por isso, o saneamento das finanças públicas da Federação possui outros componentes que o de Estados e Municípios, posto que as relações Estado *versus* economia são preponderantemente deficitárias nas relações agentes estatal-federais *versus* agentes privado-financeiros, internacionais e nacionais, enquanto Estados e Municípios se encontram preponderantemente deficitários diante da própria Federação. E é exatamente ela que, sob a perspectiva de formação de

superávits orçamentários, mantém a política econômica escravizada à quitação de seus débitos junto aos agentes privado-financeiros sob liquidação dos agentes estatais.

VI — Retorno à razão

Particularmente dramáticas têm sido as conseqüências do aprisionamento do Estado à centralização monetário-financeira nas regiões mas subdesenvolvidas deste país, sobretudo, no Nordeste. Aqui, as riquezas capitalistas não se destinaram significativamente à reconversão produtiva, enquanto o Estado, agente da modernização econômica na Região, prisioneiro de encargos financeiros, teve destruído implacavelmente sua capacidade de contraposição ao curso de degenerescência econômico-social. Capacidade que não vem a ser reconstituída, enquanto as margens de endividamento passado, presente e futuro dos agentes não vierem a ser redefinidas, tanto quanto a política econômica não vier a ser reorientada à reconstituição das funções estatal-produtivas, seus serviços essenciais. E, se tal reorientação aparenta ser prioridade nacional relativa, aqui, ela é imediatamente absoluta, devido, tanto ao insignificante peso econômico da iniciativa privada ou ao parasitismo dela no desenvolvimento econômico da Região, quanto às próprias características desiguais em que se deu a estatal-industrialização no país. Extremamente concentrada no Centro-sul, aqui, continua persistindo a reprodução de atividades industriais, agropecuárias ou público-essenciais, no entanto, apenas vegetativamente. Marginalizadas dos reinvestimentos estatais, numa época em que eles amplificaram a industrialização pesada do país, ainda hoje, nas regiões interioranas nordestinas, momentos de modernidade são experimentados apenas por via do fornecimento de energia elétrica, do abastecimento de água potável, da instalação de um posto de saúde ou do calçamento da rua principal.

Ora, se não por via da ação dos agentes estatais, presentes não somente nos complexos industriais capital-intensivos, mas, também, em todas as atividades públicas essenciais, em qualquer recanto do país, é difícil imaginar que, por ação da iniciativa privada, mobilizando produtivamente suas próprias riquezas, tais regiões viriam a ser reanimadas economicamente, numa dimensão que também viessem a ser arrancadas de sua secular evolução, se deve às próprias características parasitárias de tal iniciativa que,

ali, mantidas preponderantemente nas atividades agropecuárias, não vieram a ser transpostas à modernidade sequer sob a ação precedente do Estado. Que os Estados se desfaçam de suas dívidas, reciclem suas funções produtivas e modernizem seus serviços essenciais, induzindo por tal via a economia, aqui, é questão de sobrevivência político-administrativa.